

Companhia
Energética
Candeias

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	9
Balancos patrimoniais	12
Demonstrações do resultado	13
Demonstrações do resultado abrangente	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstrações dos fluxos de caixa	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	17

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia Energética Candeias (CEC), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos senhores seu relatório anual, com uma síntese dos fatos ocorridos e julgados relevantes, as correspondentes Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A CEC foi constituída em 10/10/2008, tendo por objeto social gerar e comercializar energia elétrica em todo o território nacional, bem como exercer outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico.

Detém autorização da Aneel para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia (PIE), implantar e explorar as UTEs Global I e Global II, cada uma com potência instalada de 148,8 MW, decorrente do quarto leilão de energia nova, realizado pela Aneel, para geração a partir de janeiro de 2010. As UTEs, contratadas por disponibilidade, entraram em operação comercial em maio de 2010 e operam sob demanda do Operador Nacional do Sistema (ONS).

Em 21 de dezembro de 2021, as usinas Global I e Global II venceram o primeiro Leilão de Reserva de Capacidade onde comercializaram 252,8 MW como disponibilidade de potência para o período entre julho de 2026 e junho de 2041. Essa modalidade contratual, inédita no setor, garante o pagamento apenas da receita fixa pela disponibilidade de potência das usinas, enquanto a energia pode ser livremente negociada pelo agente, ou liquidada no Mercado de Curto Prazo - MCP, ao preço atualizado do CVU.

O referido Leilão ainda não foi adjudicado pela ANEEL. Cabe registrar que a participação das UTEs Global I e Global II nesse Leilão se deu através de mandado de segurança impetrado contra o ministro das Minas e Energia, já denegado pelo STJ, com recurso ordinário apresentado junto ao STF, estando os autos conclusos para decisão do relator. Na opinião da assessoria jurídica da SFE esse processo tem probabilidade remota de êxito.

SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA

Ações adotadas pelo Grupo que contribuem para diferentes aspectos que beneficiam o mundo de forma geral. Tornam transparentes as intenções reais na busca por harmonia entre aspectos sociais, ambientais e econômicos e demonstram de que forma estão alinhadas com o conceito **ESG** – *Environmental, Social and Governance*.

A geração limpa e renovável das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) contribui para reduzir as emissões totais do Grupo, dentre outras ações, tais como:

E/A (ambiental) - contribuições para minorar o efeito de seu processo produtivo no meio ambiente:

- adequada manutenção preventiva e preditiva de seus conjuntos geradores para reduzir o consumo de combustível, controlado por indicador de meta;
- efetivo controle das emissões atmosféricas por meio de medições sistemáticas e monitoramento da qualidade do ar nas áreas de influência dos empreendimentos, assegurando níveis mínimos;
- tratamento da água e reutilização dos efluentes do processo produtivo;
- preocupação com o descarte de resíduos, especialmente peças e componentes eletrônicos, dando-lhes a destinação adequada;
- programa de premiação de ideias voltadas para a Segurança e o Meio Ambiente;
- manutenção e replantio de árvores do bioma do entorno das usinas do Grupo.

S (social) - atua valorizando a dignidade do ser humano, o meio ambiente e a gestão do patrimônio, voltando-se para o desenvolvimento da saúde, segurança e diversidade entre os colaboradores, bem como para atividades beneficentes na comunidade vizinha às usinas do Grupo e na sociedade em geral:

- o combate à discriminação constitui um valor da cultura do Grupo, não sendo admitidos *bullying*, assédio nem qualquer tipo de discriminação de crença, idade, sexo, orientação sexual etc.;
- apoio à inclusão social e diversidade no quadro de pessoal do Grupo, prevalecendo a meritocracia, a dedicação e o trabalho;
- atendimento às normas trabalhistas, sobretudo pela alta rotatividade das equipes, característica da sazonalidade da geração termelétrica;

- valorização da segurança e da saúde no ambiente de trabalho, tendo a vida como um valor absoluto, promovendo condições de trabalho seguras e saudáveis e protegendo o meio ambiente;
- programas sociais incentivados e de projetos de incentivo;
- programas de recrutamento de jovens aprendizes e PcDs (Pessoas com Deficiência).

G (governança) - gestão de caráter preventivo e inibidora de ocorrências indesejáveis no contexto organizacional, tendo como princípios norteadores: equidade, transparência, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

- forte cultura organizacional, tendo conselho de administração ativo, sem envolvimento em fraudes ou escândalos;
- submissão das demonstrações financeiras ao exame de auditoria externa dentre as quatro grandes (*big four*);
- identificação antecipada dos riscos potenciais, análise e adoção de medidas preventivas aplicáveis na gestão de riscos;
- mitigação do risco de desvios éticos, apoiada por auditoria interna nas coligadas, assegurando tolerância zero para desvios;
- comunicação transparente e objetiva dos valores e compromissos, promovendo a influência positiva em todo o ambiente corporativo e nas relações, levando ao reconhecimento;
- existência de canais de denúncias, apuração sigilosa em alto nível e eventuais sanções sob decisão do Comitê de *Compliance*;
- minimização de falhas e ocorrência de fraudes, com base no Código de Conduta e arcabouço normativo formalizado;
- transparência entre as partes interessadas, informando fatos positivos e negativos, sem restrição, como condição fundamental para conquistar confiança interna e externa;
- estímulo ao aprendizado e busca de aprimoramento contínuo e incremental dos processos internos da organização;
- integração e balanceamento dos indicadores de desempenho por meio de metas empresariais (coletivas) e individuais, como desdobramento de metas empresariais.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Em razão do fim da crise hídrica, causada pela escassez de chuvas em anos anteriores, e do elevado nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliado ao crescimento da disponibilidade de geração eólica e solar na região Nordeste em 2022, as usinas de geração flexível não foram despachadas por razão de ordem de mérito, ao longo do ano de 2022.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As demonstrações financeiras acompanhadas do relatório dos auditores independentes, no entendimento da Administração, refletem adequadamente os controles e os valores contabilizados pela Companhia, registrando de forma objetiva os riscos e contingências associados ao negócio.

Considera-se que os indicadores econômico-financeiros se apresentaram adequados aos requisitos dos contratos de financiamento, atendendo aos *covenants* preestabelecidos, possibilitando manutenção da adequada classificação dos saldos de financiamento no longo prazo (passivo não circulante).

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas auditadas. O desempenho econômico-financeiro de 2022, comparativamente ao de 2021, está influenciado pela alta geração demandada pelo ONS.

Observe-se a seguir os resultados de 2022 comparativamente com as informações relativas ao exercício de 2021 (entre parênteses):

Receita Operacional Líquida (ROL): R\$ 269,0 milhões (R\$ 1.054,0 milhões, em 2021), apresentando decréscimo de 74,5%. Variação influenciada por:

- menor volume de energia gerada (receita variável), em relação a 2021, em decorrência da superação da crise hídrica do ano anterior.
- reajustamento de preço contratual ocorrido em 2022.

Custos e despesas operacionais, R\$ 175,6 milhões (R\$ 933,2 milhões, em 2021), apresentaram decréscimo de 81,2%. Variação que decorreu, principalmente, pela redução nos custos de operação e manutenção (O&M) em 83,1% (R\$ 754,5 milhões), sobretudo em razão da desnecessidade de manutenções corretivas e preventivas dos motogeradores e de consumo de combustível em decorrência da não geração.

Lucro Operacional (Lucro Antes do Resultado Financeiro): R\$ 93,3 milhões (R\$ 120,8 milhões em 2021), com redução 22,8%, refletindo o efeito desfavorável da ROL, em razão do baixo volume de geração de energia, baixo consumo de combustível e do efeito favorável da desnecessidade de manutenções das instalações das UTEs.

EBITDA (Lucro antes dos Juros, Impostos e Depreciação/Amortização): medição não contábil calculada pela Administração, para geração operacional de caixa, positiva de R\$ 152,5 milhões (R\$ 179,9 milhões, em 2021), com evolução desfavorável de R\$ 27,4 milhões (15,2%), refletindo a redução do lucro operacional, associado ao discreto aumento da quota anual de depreciação.

Resultado financeiro: deficitário de R\$ 1,9 milhões (deficitário de R\$ 6,0 milhões, em 2021), evolução favorável de 61,0% (R\$ 4,1 milhões), explicado principalmente pela redução das despesas financeiras em 60,4% (R\$ 4,2 milhões).

Lucro Líquido: R\$ 82,3 milhões (R\$ 95,3 milhões, em 2021), correspondente a uma margem de lucratividade líquida de 30,6% (30,1%, em 2021). Variação desfavorável de 13,6%, explicada pela redução do lucro operacional, ainda que, associada à redução da tributação, em relação a 2021.

Contas a Receber: R\$ 43,3 milhões (R\$ 95,8 milhões em 2021), apresentando uma variação negativa de 54,89%, em razão do saldo de faturamento a vencer no fim do último bimestre de 2022.

Capital de Giro: capital circulante líquido, positivo em R\$ 37,5 milhões (negativo em R\$ 2,7 milhões, em 2021), apresentou evolução favorável de R\$ 40,2 milhões, explicado principalmente pela amortização da dívida de empréstimos e financiamentos.

Endividamento: dívida financeira líquida (empréstimos e financiamentos) totalmente amortizada (R\$ 143,5 milhões, em 2021), evolução favorável em 2022.

Disponibilidades (caixa e aplicações financeiras): R\$ 6,8 milhões (R\$ 42,7 milhões em 2021), uma redução relevante de R\$ 35,9 milhões.

Remuneração aos Acionistas (Dividendos Pagos): R\$ 81,0 milhões (R\$ 38,9 milhões, em 2021), incremento de 105,7%.

As projeções para o fluxo de caixa da Companhia, decorrentes de gestão austera, preservando a confiabilidade dos ativos, denotam uma real capacidade de absorção da totalidade dos investimentos realizados, bem como para cumprir os compromissos até então assumidos com bancos e fornecedores.

AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades de sua área de atuação pela confiança depositada na Companhia no ano de 2022. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

Candeias, 02 de março de 2023.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores
Edifício CEO Salvador Shopping- Torre Londres
41820-021 - Salvador/BA - Brasil
Caixa Postal 5799 - CEP 41820-970 - Salvador/BA - Brasil
Telefone +55 (71) 3273-7350
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da

Companhia Energética Candeias

Candeias - BA

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Candeias (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Energética Candeias em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota Explicativa 10 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 apresenta na rubrica de imobilizado o montante de R\$ 369.931 (R\$ 436.870 mil em 31 de dezembro de 2021) e encargos de depreciação registrados no resultado do exercício de R\$ 58.650 (R\$ 58.592 mil). A Entidade não utiliza as taxas determinadas no laudo de revisão da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado como base para determinação dos encargos de depreciação, o que nos levou a incluir uma ressalva na opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Com base no método linear de depreciação e na decisão da administração em encerrar a operação da Companhia ao final dos contratos de fornecimento de energia elétrica que ocorre em 13 de fevereiro de 2025, a despesa de depreciação do exercício deveria ser alterada de forma que o período de vida útil fosse limitado ao período remanescente do prazo de autorização dos contratos de geração.

Considerando que os efeitos mencionados não foram refletidos na contabilidade, o ativo imobilizado, o lucro líquido e o Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 estão apresentados a maior em aproximadamente R\$ 5.057 mil (R\$ 21.339 mil a menor em 2021) e R\$ 22.371 mil (R\$ 18.085 mil a menor em 2021) e R\$ 4.286 mil (R\$ 18.085 mil a menor em 2021), respectivamente, líquido de impostos.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para os eventos ou condições descritos na nota 1 às demonstrações financeiras, que indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Em decorrência do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, concluímos que as outras informações também apresentam distorção relevante pela mesma razão com relação aos valores e outros aspectos descritos na referida seção.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 02 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7



Hildebrando Oliveira de Abreu Filho
Contador CRC BA-029520/O-7

Companhia Energética Candeias

Balancos patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativos	Nota explicativa	2022	2021	Passivos e patrimônio líquido	Nota explicativa	2022	2021
Circulantes				Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.775	42.705	Fornecedores	14	6.624	20.889
Contas a receber	5	43.323	95.825	Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	-	143.465
Adiantamentos a fornecedores		253	6.985	Contas a pagar de partes relacionadas	9	-	945
Impostos a recuperar	6	2	2	Obrigações sociais e trabalhistas		2.327	2.422
Estoques	7	62.819	54.971	Obrigações tributárias	16	2.128	1.539
Outras contas a receber	13	734	2.571	Imposto de renda e contribuição social a recolher		3.358	1.129
Total dos ativos circulantes		113.906	203.059	Dividendos a pagar	9 e 18	53.531	29.788
				Outras contas a pagar		595	5.618
Não circulantes				Não circulantes			
Impostos a recuperar	6	97	181	Total dos passivos circulantes		68.563	205.795
Impostos diferidos	8	3.203	8.990	Provisão para riscos	17	309	-
Depósitos judiciais	17	11	2	Outras contas a pagar		3.787	1.111
Imobilizado	10	369.931	436.870	Total dos passivos não circulantes		4.096	1.111
Intangível	12	318	550	Patrimônio líquido			
Diferido	11	460	690	Capital social	18	135.771	135.771
Total dos ativos não circulantes		374.020	447.283	Reservas de lucros		279.496	307.665
				Total do patrimônio líquido		415.267	443.436
Total dos ativos		487.926	650.342	Total dos passivos e do patrimônio líquido		487.926	650.342

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética Candeias

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação - em Reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Receita operacional líquida	19	268.955	1.054.017
Custos de operação e manutenção	20	<u>(153.376)</u>	<u>(907.864)</u>
Lucro bruto		115.579	146.153
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	20	(22.408)	(25.976)
Outras receitas operacionais, líquidas	20	<u>161</u>	<u>629</u>
Lucro antes do resultado financeiro		<u>93.332</u>	<u>120.806</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	21	858	901
Despesas financeiras	21	<u>(2.749)</u>	<u>(6.942)</u>
Total		<u>(1.891)</u>	<u>(6.041)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>91.441</u>	<u>114.765</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social corrente	22	(12.137)	(26.760)
Imposto de renda e contribuição social corrente diferidos	22	(5.787)	(11.614)
Incentivo fiscal do imposto de renda	22	<u>8.831</u>	<u>18.874</u>
Total		<u>(9.093)</u>	<u>(19.500)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>82.348</u>	<u>95.265</u>
Lucro líquido do exercício atribuível a:			
Acionistas controladores		73.290	84.786
Acionistas não controladores		<u>9.058</u>	<u>10.479</u>
		<u>82.348</u>	<u>95.265</u>
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações - R\$		1,601	1,852

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética Candeias

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	82.348	95.265
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>82.348</u></u>	<u><u>95.265</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética Candeias

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Incentivo fiscal	Reserva dos lucros retidos		
Saldos em 31 de dezembro de 2020		135.771	22.060	117.444	99.103	-	374.378
Dividendos adicionais a pagar de 2020 (R\$0,16 por lote de mil ações)	18	-	-	-	(8.300)	-	(8.300)
Lucro líquido do exercício	18	-	-	-	-	95.265	95.265
Destinação do lucro:							
Complemento de reserva legal	18	-	4.763	-	-	(4.763)	-
Complemento de reserva de incentivo fiscal	18	-	-	18.874	-	(18.874)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,35 por ação)	18	-	-	-	-	(17.907)	(17.907)
Complemento de reserva de lucros retidos	18	-	-	-	53.721	(53.721)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		135.771	26.823	136.318	144.524	-	443.436
Lucro líquido do exercício	18	-	-	-	-	82.348	82.348
Destinação do lucro:							
Complemento de reserva legal	18	-	331	-	-	(331)	-
Complemento de reserva de incentivo fiscal	18	-	-	8.831	-	(8.831)	-
Dividendos adicionais de 2021 (R\$1,04 por lote de mil ações)	18	-	-	-	(53.720)	-	(53.720)
Dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos (R\$ 0,36 por lote de mil ações)	18	-	-	-	-	(18.297)	(18.297)
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,75 por lote de mil ações)	18	-	-	-	-	(38.500)	(38.500)
Complemento de reserva de lucros retidos	18	-	-	-	16.389	(16.389)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		135.771	27.154	145.149	107.193	-	415.267

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética Candeias

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		82.348	95.265
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	10, 11, 12 e 20	59.135	59.088
Valor residual na baixa de ativo imobilizado e intangível		8.810	19
Variação cambial líquida	21	137	(53)
Encargos financeiros de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos do bônus de adimplência	15	1.661	5.186
Amortização do custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	15	165	642
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	5.787	11.614
Provisão de contingências		309	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		52.502	(43.678)
Adiantamentos a fornecedores		6.732	(6.532)
Estoques		(7.848)	(26.313)
Impostos a recuperar		(14.045)	(100.532)
Outras contas a receber		1.837	(1.026)
Depósitos judiciais		(9)	32
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(14.402)	(439)
Impostos a recolher		14.646	107.481
Obrigações sociais e trabalhistas		(95)	649
Outras contas a pagar		(2.347)	(470)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>195.323</u>	<u>100.933</u>
Impostos de renda e contribuição social pagos		(3.474)	(8.367)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	15	(2.021)	(5.020)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>189.828</u>	<u>87.546</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	10	(544)	(723)
Recebimento de empréstimo de partes relacionadas		-	42.296
Depósitos bancários vinculados		-	10.000
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimento		<u>(544)</u>	<u>51.573</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	18	(80.999)	(38.879)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	15	-	101.301
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	15	(143.270)	(118.554)
Pagamento de empréstimo de partes relacionadas		(945)	(51.901)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(225.214)</u>	<u>(108.033)</u>
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>(35.930)</u>	<u>31.086</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	42.705	11.619
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	<u>6.775</u>	<u>42.705</u>
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>(35.930)</u>	<u>31.086</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Companhia Energética Candeias (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada pela Global Participações em Energia S.A. (“GPE”), constituída em 10 de outubro de 2008, com sede em Candeias, Bahia, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, bem como a realização de outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia detém autorização do Ministério das Minas e Energia, mediante as Portarias n.º 353, de 20 de dezembro de 2007, e n.º 342, de 6 de dezembro de 2007, para estabelecer-se pelo prazo de trinta e cinco anos, contados a partir da publicação destas Portarias, como Produtor Independente de Energia - PIE, implantar e explorar as Unidades Termoelétricas (UTES) denominadas Global I (148,8 MW) e Global II (148,8 MW), respectivamente, em decorrência do quarto leilão de energia nova, realizado pela ANEEL.

Para tanto as UTES Global I e Global II firmaram um total de 37 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR junto a Distribuidoras de Energia Elétrica, na modalidade de disponibilidade de energia elétrica, um total de 214 MW/médios, pelos quais:

- (i) as UTES têm direito a uma receita fixa mensal para cobrir custos fixos, despesas administrativas e financiamentos e
- (ii) uma receita variável para ressarcir custos com combustível, operação e manutenção, caso ocorra a efetiva geração de energia elétrica, com base no despacho das UTES pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Ambas as receitas (fixa e variável) são faturadas em três parcelas: 1.ª parcela vincenda dia 20 do mês subsequente ao mês de competência da disponibilidade e geração, 2.ª parcela vincenda dia 30 do mês subsequente ao mês de competência da disponibilidade e geração e 3.ª parcela vincenda dia 10 do mês seguinte ao mês subsequente ao mês de competência da disponibilidade e geração. Toda a comercialização da energia elétrica firmada nos CCEARs é acompanhada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Em virtude do elevado nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliado à concentração de geração eólica e solar na região Nordeste, as usinas de geração flexível não foram despachadas ao longo do ano de 2022. Com isto, a Companhia obteve, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, receita bruta de geração variável de R\$15.739 (2021, R\$915.101), além da receita bruta fixa pela disponibilidade da usina no valor de R\$283.583 (2021, R\$258.010).

1.1 Continuidade Operacional

As UTES Global I e Global II entraram em operação comercial em maio de 2010 e têm prazo de suprimento até 13 de fevereiro de 2025, quando se encerra o período de suprimento vinculado aos CCEARs.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração destas demonstrações financeiras, a não ser que haja intenção de cessar suas operações e liquidar a Companhia.

Os responsáveis pela governança da Companhia, responsáveis pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis, entendem que existe incerteza relevante em relação a continuidade operacional de sua Unidade Geradora de Caixa (UGC), após o encerramento dos respectivos CCEAR em 2025, em razão da conjuntura desfavorável de mercado para realização de leilões para contratação de energia termelétrica que utiliza combustível fóssil como matéria-prima. A expectativa da Administração é de descontinuidade operacional para as UTEs Global I e Global II, após o encerramento dos CCEARs (fevereiro de 2025), com possível futura desmobilização, alienação dos ativos e liquidação dos passivos a partir de cada descontinuidade operacional, proporcionando outras receitas de alienação de estoque e ativos fixos e despesas de remoção e retirada da propriedade de instalações inaproveitáveis.

A Administração analisou as principais rubricas do Balanço Patrimonial de modo a assegurar o cumprimento de todos os compromissos assumidos diante de provável descontinuidade operacional da unidade de caixa das UTEs Global I e Global II, após o encerramento dos CCEARs.

Contas a Receber

Os montantes a receber de energia são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de provisão para perdas porque não há histórico de perda nem qualquer perda esperada.

Estoque

O estoque de combustível da Companhia deverá ser mantido em volume adequado até o final dos CCEARs para atendimento às demandas do ONS. Após término dos CCEARs, a Companhia procederá com a devolução do combustível junto ao fornecedor. Os demais itens do estoque serão alienados de forma planejada, buscando proponentes no mercado específico. A Administração vislumbra não haver perdas na realização do estoque considerando, sobretudo a majoração dos valores (preços) no mercado nacional e internacional.

Outras Contas a Receber e P&D a pagar

Refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento que serão amortizados com o Passivo de P&D.

Imobilizado

Com base no laudo realizado pela empresa Brasil Appraisal Engenharia de Avaliações, as depreciações registradas levam em consideração os valores residuais ao fim dos contratos. Com base nas premissas mencionadas e em suas análises o valor em uso é superior ao valor contábil e, portanto, a Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2022. A Companhia continuará a monitorar os resultados dos próximos períodos, a fim de acompanhar a razoabilidade das premissas e projeções futuras utilizadas

Fornecedores

Os maiores contratos para a operação da Companhia estão datados até 31 de dezembro de 2025, sem qualquer perspectiva de multas e/ou penalidades previstas. Eventuais saldos remanescentes serão irrelevantes.

A administração vem trabalhando na elaboração de um plano de desmobilização e reestruturação de sua operação com expectativa de aprovação e divulgação do mesmo no segundo semestre de 2024 para as UTEs Global I e Global II.

Baseado em sua análise, a Administração está convencida de que poderá cumprir todas as obrigações assumidas junto aos bancos, fornecedores e demais credores, da unidade geradora de caixa que poderá ser descontinuada, conforme as projeções financeiras, materializadas em planejamento de fluxos de caixa da Companhia e em seu plano plurianual de negócios.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e as normas da ANEEL, quando estas não forem conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Autorização para emissão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 02 de março de 2023, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

Bases de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Julgamento

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- NE n.º 1 – Contexto Operacional – Continuidade Operacional.

Incertezas sobre premissas e estimativas

A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maiores incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste relevante caso estas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro, incluem a avaliação:

- NE n.º 1 – Contexto Operacional - Continuidade Operacional;
- NE n.º 7 – Tributos diferidos - Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos;
- NE n.º 10 – Imobilizado - Perdas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”).

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas anualmente.

3 Sumário das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos Financeiros

Os ativos financeiros não foram reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza anualmente uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Incluem-se ainda questões de: estratégia da Administração quanto aos juros contratuais, a manutenção das taxas de juros, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho operacional é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

O ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia mantém os instrumentos financeiros classificados como ao custo amortizado.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e debêntures, caixa e equivalentes de caixa mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Mensuração a valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

As políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe interna de avaliação com a responsabilidade de revisar, por meio de seus modelos, todas as mensurações significativas de valor justo.

A avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos. A expertise da Companhia e as práticas utilizadas no setor de energia são ferramentas para mensuração do valor justo. A equipe interna de avaliação analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs* observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Caixa e equivalentes a caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o CPC 48. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base numa análise prospectiva dos saldos vencidos e a vencer com base no histórico de perda com clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Estoques

São registrados pelo custo de aquisição e sua realização se dá por meio da média ponderada do custo de aquisição. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou da obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Depreciação

A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens ou o prazo dos contratos, dos dois o menor, conforme laudo realizado pela empresa Brasil Appraisal Engenharia de Avaliações, considerando o valor residual no final do prazo de autorização como produtor independente de energia. A vida útil econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Ver as taxas de depreciação na nota explicativa n.º 10.

Redução ao valor recuperável (impairment)

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos financeiros e não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Instrumentos financeiros

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso e, portanto, com base em suas análises não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos.

Instrumentos não financeiros

O valor recuperável de um ativo imobilizado é o maior entre o valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. O valor recuperável de um ativo deve ser estimado para cada uma das unidades que geram caixa (UGC). Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. A Companhia avalia, ao menos na data do balanço, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Diferido

Composto por gastos administrativos pré-operacionais para viabilização do empreendimento. Conforme facultado pelas Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, a Companhia optou pela manutenção dos saldos do ativo diferido até sua completa amortização, os quais são amortizados pelo método linear de acordo com o critério mencionado na nota explicativa n.º 11.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no exercício em que são incorridos.

Imposto de renda e contribuição social - Correntes

As despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

As alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240 para IRPJ, e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A Companhia goza de benefício fiscal para investimento na Região Nordeste (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE) para geração de energia, correspondente à redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com vigência para o período de 1.º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2025. O valor do incentivo é registrado como receita no resultado, durante o período necessário para confrontar com a despesa que o benefício fiscal pretende compensar e, posteriormente, é destinado a reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

A Companhia faz uso do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC com base na Lei de Incentivo Fiscal n.º 8.313/91, destinando até 4% do imposto devido para esse fim; realiza, também, doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, destinando até 1% do imposto devido, além de apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte (Decreto n.º 6.180/07, artigo 1.º), destinando também até 1% do imposto devido para esse fim.

Imposto de renda e contribuição social – diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos

São reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos resultados projetados da Companhia.

Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto do fluxo de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Uma provisão deve ser reconhecida quando a Companhia:

- (a) tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;

- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Reconhecimento da receita

Os contratos de comercialização de energia elétrica são realizados nos ambientes comerciais abertos e regulados do Brasil, estando integralmente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), agente responsável pela contabilidade e liquidação do sistema integrado nacional.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado resulta do processamento da medição física (geração), ajustada às perdas proporcionais relacionadas ao sistema informada pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita decorre dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustados aos montantes de energia efetivamente gerados, quando aplicável. Esses ajustes decorrem dos mecanismos da CCEE que verificam a exposição líquida da Companhia (venda, geração e compras), denominados balanço de energia, que credita ou debita a diferença entre a venda da Companhia e a geração efetiva, geralmente pelo valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Os mecanismos explicados acima resultam em dois tipos de fluxos de receita, como segue:

- **Receita com venda de energia contratada por disponibilidade** (obrigações de desempenho ao longo do tempo): refere-se à receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina. Corresponde assim ao valor de remuneração anual da Companhia apresentado no leilão, que inclui, na determinação do preço de venda e na receita auferida a recuperação de alguns custos.
- **Receita com venda de energia:** refere-se à receita variável. Toda a energia firme gerada é transferida para as distribuidoras, conforme despacho da CCEE. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com as distribuidoras.

A receita é reconhecida na extensão em que se transfere o controle do produto ou serviço e quando puder ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou não vigentes

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis.

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a. Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Correlação IASB	Descrição da alteração	Vigência
CPC 25	IAS 37	- Especificação de quais custos uma entidade deve incluir como custo de cumprimento de um contrato ao avaliar se um contrato é oneroso.	
CPC 27	IAS 16	- Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo, no resultado.	01/01/2022
CPC 15 (R1)	IFRS 3	- Referências à Estrutura Conceitual.	
CPC 37 (R1) CPC 48 CPC 29	IFRS 1 IFRS 9 IAS 41	- Melhorias anuais às normas IFRS (IFRS 1, IFRS 9 e IAS 41).	

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022, Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b. Alterações em pronunciamentos com vigência a partir de 2023

Norma	Correlação IASB	Descrição da alteração	Vigência
CPC 11	IFRS 4	- Adiamento da Isenção temporária do CPC 48.	
CPC 47	IFRS 1	- Correção de inconsistência identificada no texto do Pronunciamento Técnico CPC 47.	
CPC 32	IAS 34	- Tributos diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	01/01/2023, exceto para os CPCs 47 e 48 que possuem vigência imediata.
CPC 23 CPC 26 (R1) CPC 40 (R1) CPC 49 CPC 21 (R1) CPC 37 (R1)	IFRS 3 IAS 1 IAS 8 IFRS 7 IAS 26 IAS 12	- Sobre definição e divulgações de Políticas Contábeis.	

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

A administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

4 Caixa e equivalentes de Caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e bancos	-	1
Aplicações financeiras de alta liquidez	<u>6.775</u>	<u>42.704</u>
Total	<u><u>6.775</u></u>	<u><u>42.705</u></u>

As aplicações financeiras em compromissadas correspondem a operações de liquidez imediata realizadas com instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração que varia de 70% a 110% (70% a 102% em 2021) da remuneração do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Contas a receber

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Valores a vencer	11.147	16.500
Valores a faturar	<u>32.176</u>	<u>79.325</u>
Total	<u><u>43.323</u></u>	<u><u>95.825</u></u>

Valores a receber correspondentes à disponibilidade e ao fornecimento de energia elétrica, conforme Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, com prazo de vencimento inferior a 60 dias e venda de energia no Mercado de Curto Prazo (“MCP”), na modalidade *spot*. Os valores a faturar correspondem as medições reconhecidas por competência e valores a vencer correspondem as faturas já emitidas, porém no prazo de vencimento.

Em virtude do elevado nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliado à concentração de geração eólica e solar no Nordeste, as usinas de geração flexível não foram despachadas ao longo do ano de 2022, representando uma redução significativa em valores a receber em relação a 2021.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de provisão para eventuais perdas esperadas, uma vez que se mostram imateriais e controláveis.

6 Impostos a recuperar

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
PIS sobre ativo imobilizado	17	32
COFINS sobre ativo imobilizado	80	149
Outros	2	2
Total	<u>99</u>	<u>183</u>
Circulante	2	2
Não circulante	97	181
Total	<u>99</u>	<u>183</u>

Em 2022, a Companhia passou a utilizar mensalmente as compensações via perdcomp (programa da RFB para pedidos de restituição e/ou compensação) tributárias reduzindo significativamente o saldo de impostos a recuperar.

7 Estoques

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Combustível	34.111	38.089
Almoxarifado de peças para manutenção	27.072	16.882
Outros estoques	1.636	-
Total	<u>62.819</u>	<u>54.971</u>

Embora não tenha sido solicitada a gerar em 2022, a Companhia mantém seu estoque de combustível para atender a uma possível demanda de geração de energia.

Em contrapartida, a Companhia necessitou programar suas manutenções preventivas no biênio 2021-2022, ainda decorrente da elevada geração em 2021, aumentando o estoque de sobressalentes para este fim.

A Companhia realiza inventário e inspeções regularmente e não identificou a necessidade de constituição de provisão para eventuais perdas, uma vez que se mostram imateriais e controláveis.

8 Impostos diferidos

A Companhia reconheceu os efeitos tributários de IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa existentes em seus registros fiscais, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Alíquota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízos fiscais acumulados		2.999	17.414
Bases negativas acumuladas		3.044	17.832
Diferenças temporárias:			
Despesas pré-operacionais		2.444	3.366
P&D - pesquisa e desenvolvimento		3.966	5.550
Total de prejuízos fiscais e diferenças temporárias		<u>9.409</u>	<u>26.330</u>
Total de bases negativas e diferenças temporárias		<u>9.454</u>	<u>26.748</u>
Imposto de renda	25%	2.352	6.583
Contribuição social	9%	851	2.407
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>3.203</u>	<u>8.990</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos		5.174	12.164
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos		<u>(1.971)</u>	<u>(3.174)</u>
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos		<u><u>3.203</u></u>	<u><u>8.990</u></u>
Efeito no Resultado		<u><u>(5.787)</u></u>	<u><u>(11.614)</u></u>

Com base na modelagem e nas projeções de resultados tributáveis futuros, os impostos diferidos provenientes do prejuízo fiscal e base negativa serão realizados no transcorrer do exercício de 2023 e os impostos diferidos referentes a diferenças temporárias serão realizadas no transcorrer dos exercícios de 2023 e 2024.

9 Partes relacionadas

	Encargos incidentes	2022		2021	
		Passivo	Resultado	Passivo	Resultado
<u>Conta corrente (a)</u>					
Companhia Energética Potiguar	sem encargos	-	-	945	-
Total		-	-	945	-
<u>Fornecedor (b)</u>					
Global Engenharia LTDA	sem encargos	2.229	(26.892)	4.630	(50.288)
Total		2.229	(26.892)	4.630	(50.288)
<u>Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (c)</u>					
Global Participações em Energia S.A.		46.800	-	26.511	-
Fernando W. Magalhaes Filho		5.259	-	2.979	-
Maria das Graças B. N. Fernandes		525	-	298	-
		52.584	-	29.788	-

A Companhia faz parte do Grupo Global e sua controladora final é a Commandery Participações S.A.

- (a) Referem-se à conta corrente com as partes relacionadas, sem prazo de vencimento e sem a incidência de encargos financeiros, podendo ser decorrentes de pagamentos de despesas reembolsáveis.
- (b) Refere-se a contrato de Operação e Manutenção - O&M da usina, conforme NE14.
- (c) Dividendos a pagar aos acionistas.

A Companhia não possui garantias prestadas a partes relacionadas ou terceiros.

Remuneração de empregados e dirigentes

Os honorários da Administração, diretoria e conselho, são fixados em Assembleia Geral de Acionistas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram pagos R\$4.410, sendo R\$3.036 de remuneração fixa e R\$1.374 de remuneração variável (R\$3.148 em 2021, sendo R\$ 2.698 de remuneração fixa e R\$450 de remuneração variável) referentes à remuneração de benefícios de curto prazo à Administração e aos empregados da Companhia. A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

10 Imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios está demonstrada a seguir:

	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Almoxarifado	Imobilizado em curso	Veículos	Monstagens e instalações	Total
Taxa de depreciação anual		4% (b)	10% (b)	10% (b)	20% (b)	(a)	-	20% (b)	5% (b)	
Custo de aquisição										
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.098	213.912	1.206	500.074	907	-	360	92	1.888	722.537
Adições	-	-	3	11	3	-	691	-	-	708
Baixa	-	-	-	-	-	-	(19)	-	-	(19)
Transferências	-	-	28	676	216	18.639	(920)	-	-	18.639
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.098	213.912	1.237	500.761	1.126	18.639	112	92	1.888	741.865
Adições	-	-	29	63	-	-	401	-	28	521
Baixa	-	-	-	-	(4)	(8.764)	(42)	-	-	(8.810)
Reclassificação	-	3.025	143	(1.391)	202	(1.843)	(263)	(14)	141	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.098	216.937	1.409	499.433	1.324	8.032	208	78	2.057	733.576
Depreciação acumulada										
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	(47.890)	(788)	(196.490)	(646)	-	-	(48)	(541)	(246.403)
Adições	-	(8.677)	(117)	(49.437)	(156)	-	-	(12)	(193)	(58.592)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	(56.567)	(905)	(245.927)	(802)	-	-	(60)	(734)	(304.995)
Adições	-	(8.678)	(108)	(49.481)	(178)	-	-	(12)	(193)	(58.650)
Reclassificação	-	1.783	(12)	(3.543)	(17)	1.843	-	13	(67)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	(63.462)	(1.025)	(298.951)	(997)	1.843	-	(59)	(994)	(363.645)
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2022	4.098	153.475	384	200.482	327	9.875	208	19	1.063	369.931
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2021	4.098	157.345	332	254.834	324	18.639	112	32	1.154	436.870

(a) Estoque com expectativa de utilização com mais de 12 meses, conforme estabelece o Pronunciamento CPC 27 – Imobilizado, item 8.

(b) Taxa de depreciação considerando valor residual ao final do contrato operacional, com base no laudo de empresa especializada.

Perdas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Companhia revisa anualmente os valores contábeis dos ativos imobilizados para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no teste de recuperabilidade dos ativos para constatar se esse potencial incremento no valor total do ativo seria recuperável.

Como principais premissas para o cálculo do valor recuperável foram utilizadas:

- Base de determinação do valor recuperável: valor em uso;
- Determinação dos fluxos de caixa: Resultado operacional, capital de giro e investimentos;
- Prazo utilizado para fluxo de caixa: final da operação comercial;
- Taxa de desconto: foi estimada levando em consideração as melhores práticas do mercado e a experiência da Administração, baseada no modelo matemático denominado “WACC”. Este método reflete os retornos requeridos pelos credores financeiros (capital de terceiros) e pelos acionistas (capital próprio), ponderando-se as participações na estrutura de capitais (relação *debt-equity*).

Com base nas premissas mencionadas e em suas análises o valor em uso (R\$478.715) foi superior ao valor contábil (R\$369.931) e, portanto, a Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2022.

A Companhia continuará a monitorar os resultados dos próximos períodos, a fim de acompanhar a razoabilidade das premissas e projeções futuras utilizadas.

11 Diferido

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas pré-operacionais	3.374	3.374
Amortização acumulada	<u>(2.914)</u>	<u>(2.684)</u>
Total	<u><u>460</u></u>	<u><u>690</u></u>

Gastos administrativos pré-operacionais, incorridos na fase de implantação da Companhia para viabilização do empreendimento, foram capitalizados até o exercício de 2008 e estão sendo amortizados desde 2009, à taxa de 6,82% ao ano, período de vigência dos contratos de venda de energia, que é de 15 anos. Conforme facultado pelas Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, a Companhia optou pela manutenção dos saldos do ativo diferido até sua completa amortização.

12 Intangível

	Taxas anuais	2022		2021
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Direito de uso de software	20%	2.214	(2.146)	68
Direito de passagem - servidões	4,8%	1.771	(1.521)	250
Total		3.985	(3.667)	318
Saldo em 31 de dezembro de 2020		801		
Adições		15		
Amortização		(266)		
Saldo em 31 de dezembro de 2021		550		
Adições		23		
Amortização		(255)		
Saldo em 31 de dezembro de 2022		318		

Os ativos intangíveis da Companhia têm vidas úteis finitas e foram mensuradas pelo custo e deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos com direito de uso de software são amortizados à taxa de 20% ao ano, enquanto o direito de passagem, formado pelo custo de constituição das faixas de servidão, está sendo amortizado à taxa de 15,03% ao ano, de acordo com o período de vigência dos contratos de venda de energia, até 2025.

13 Outras contas a receber

	2022	2021
Adiantamento a funcionários	37	10
Despesas antecipadas	688	2.561
Outras contas a receber	9	-
Total	734	2.571

14 Fornecedores

	2022	2021
ABB Automação Ltda	-	234
Amazonia Transportes	249	501
Arapongas Mecanica Naval e Ind	-	229
Diesel Expert Quebec	-	213
Erhard Luttkau Gmbh	-	420
Global Engenharia Ltda (a)	2.229	4.630
Hyundai Heavy Ind. CO Ltd.	-	3.699
Instituto de Tecnologia P O Desenvolvimento	-	342
ONS Operador Nacional do Sistema Elétrico	1.977	1.764
Simple Energy Comercializadora S.A.	1.322	1.148
Starr Internacional Brasil Seg	-	2.295
Total Lubrificantes do Brasil Ltda	-	1.850
Wartsila (Brasil e Filandia)	-	560
Outros fornecedores	847	3.004
Total	6.624	20.889

- (a) Refere-se a contrato de Operação e Manutenção - O&M da usina, conforme NE9.

Os maiores contratos para a operação da Companhia estão datados até fevereiro de 2025 e não há perspectiva multas e/ou penalidades previstas.

Diante do exposto, a administração acredita que o cumprimento de suas obrigações ocorrerá conforme planejado e que os fluxos de caixa a serem gerados pela Companhia com base nas projeções financeiras e demais ações previstas no seu plano de negócios, serão suficientes para honrar com todos os compromissos assumidos junto aos bancos, fornecedores e demais credores.

15 Empréstimos, financiamentos e debentures

	Vencimento principal	Taxas efetiva	Encargos	Circulante	2022	2021
Banco Santander S.A. (a) - Fornecedor	fev/22	1,38% a.m.	-	-	-	83.486
Subtotal			-	-	-	83.486
Banco ABC (b)	jun/22	CDI +	-	-	-	17.978
Subtotal		0,26%a.m.	-	-	-	17.978
Banco Itaú BBA S.A. - debêntures (c)	abr/22	CDI +	-	-	-	42.166
(-) Custos de Transação		1,10%a.a.	-	-	-	(165)
Subtotal			-	-	-	42.001
Total			-	-	-	143.465
Circulante			-	-	-	143.465
Não circulante			-	-	-	-
Total			-	-	-	143.465

- (a) Em 09 de novembro de 2021, houve aquisição de combustível a preço à vista com a Petrobras Distribuidora S.A, financiada pelo Banco Santander, via *confirming*, com taxa de 1,38% a.m, com parcelas vencendo em janeiro e fevereiro de 2022, do qual foi totalmente quitado em 2022.
- (b) Contrato de conta garantida assinado em 04 de agosto de 2021 com o Banco ABC S.A., dando a possibilidade de captar recurso máximo de R\$ 30 milhões com incidência de encargos financeiros equivalentes a 100% da variação do CDI, acrescidos de juros de 0,2600% ao mês. Os encargos são cobrados mensalmente e as amortizações podem acontecer a qualquer momento, até a data do vencimento em 13 de junho de 2022. Em 28 de abril de 2022 foi amortizado o montante de R\$3.500, em 04 de maio de 2022 foi amortizado o montante de R\$ 1.500, em 12 de maio de 2022 foi amortizado o montante de R\$ 5.000, em 24 de maio de 2022 foi amortizado o montante de 2.500, em 31 de maio de 2022 foi amortizado o montante de R\$ 3.300, em 06 de junho de 2022 foi amortizado o montante de R\$400 e por fim em 10 de junho de 2022 foi amortizado o montante de R\$ 1.615, encerrando a dívida, do qual foi totalmente quitado em 2022.
- (c) Em 12 de março de 2020, foi assinado o contrato de emissão referente a 16.280 debêntures, na 5.^a emissão de série única com o Banco Itaú BBA S.A no valor de R\$10.000,00 cada, totalizando R\$162.800.000,00, com vencimento em 15 de abril de 2022, e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 1,10% ao ano, do qual foi totalmente quitado em 2022.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures está assim demonstrada:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	118.106	41.804	159.910
Captação de empréstimos	101.301	-	101.301
Juros e variações monetárias provisionadas	5.186	-	5.186
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(5.020)	-	(5.020)
Amortização dos custos de captação	642	-	642
Transferências	41.804	(41.804)	-
Pagamentos de principal	<u>(118.554)</u>	<u>-</u>	<u>(118.554)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	143.465	-	143.465
Juros e variações monetárias provisionadas	1.661	-	1.661
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(2.021)	-	(2.021)
Amortização dos custos de captação	165	-	165
Pagamentos de principal	<u>(143.270)</u>	<u>-</u>	<u>(143.270)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

16 Obrigações tributárias

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
INSS serviços de terceiros	106	557
PIS - Programa de integração social (a)	345	92
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (a)	1.587	423
PIS/COFINS/CSLL retidos	78	344
ICMS e DIFAL	3	109
Outros tributos a recolher	9	14
Total	<u>2.128</u>	<u>1.539</u>

- (a) Em 2022, os créditos não cumulativos de PIS e COFINS provenientes de aquisições de estoques de sobressalentes e combustíveis foram totalmente compensados, elevando assim o saldo de impostos a recolher na comparação de 2022 e 2021.

17 Provisão para riscos

A Companhia está exposta a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é avaliado como provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nestas ações, conforme avaliação da Administração e de seus assessores legais.

Os processos avaliados, pelos assessores jurídicos, como perda possível, que não requer a necessidade de provisão seriam: processos de natureza trabalhista no montante de R\$1.262, de natureza cível no montante de R\$76 e de natureza tributária no montante de R\$1.296.

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, os processos avaliados como perdas prováveis, requerendo o provisionamento, foram: processos de natureza trabalhista no montante de R\$309.

Depósito judicial

Trata-se de valor referente à interposição de Recurso Ordinário, por parte da Companhia, no curso de reclamação trabalhista. Permanece em depósito judicial o montante de R\$11. Possibilidade de perda remota.

Movimentação das contingências perdas prováveis

	2021	Adições	2022
Processos trabalhistas	-	309	309
Processos tributários	-	-	-
Processos ambientais	-	-	-
Processos cíveis	-	-	-
Total	-	309	309

18 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$135.771 (R\$135.771 em 2021) e estava representado por 51.426.993 ações ordinárias (Em 2021, 51.426.993 ações ordinárias) e distribuído da seguinte forma:

	<u>2022 e 2021</u>	
Acionista	Quantidade de ações	%
Global Participações em Energia S.A.	45.770.024	89
Fernando Wilson Araújo Magalhães Filho	5.142.699	10
Maria das Graças B. N. Fernandes	514.270	1
Total	<u>51.426.993</u>	<u>100</u>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Capital social

Em 12 de maio de 2021, por meio de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas (“AGE”) houve a sucessão das ações (514.270 ações ordinárias, R\$ 1.357.714) de Djalma Nunes Fernandes para Maria das Graças B. N. Fernandes.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. De acordo com o estatuto social da Companhia, é assegurado aos acionistas, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, diminuído da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais, bem como dos demais ajustes previstos no artigo n.º 202 da Lei nº 6.404/76.

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, foi constituída uma reserva legal de R\$331 (R\$4.763, em 2021), totalizando R\$27.154 (R\$26.823, em 2021).

Reserva de incentivo fiscal

A Companhia goza de incentivo fiscal do imposto de renda, que é reconhecido diretamente na demonstração do resultado. Por determinação legal, este incentivo não pode ser distribuído aos acionistas, razão pela qual é registrado em reserva específica.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía reserva de incentivo fiscal do imposto de renda registrada no montante de R\$145.149 (R\$136.318, em 2021) e o reconhecimento do incentivo fiscal compensado no ano no montante de R\$8.831 (R\$18.874, em 2021).

Excesso de reservas de lucros retidos

Conforme determina a Lei das S.As. em seu artigo 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía saldo de reservas de lucros superior ao capital social.

Lucro líquido básico e diluído por ação

O resultado por ação é calculado pela relação entre o resultado do período e a média ponderadas de ações ordinárias em circulação no período, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	82.348	95.265
Média ponderada de ação por lote de mil	51.427	51.427
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u>1,601</u>	<u>1,852</u>

Dividendos

A Companhia outorga aos seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual calculado e ajustado nos termos da legislação societária, ajustado da seguinte forma:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	82.348	95.265
Reserva de incentivos fiscais	(8.831)	(18.874)
Reserva legal	<u>(331)</u>	<u>(4.763)</u>
Base para dividendos	<u>73.186</u>	<u>71.628</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>18.297</u>	<u>17.907</u>

Em 26 de fevereiro de 2021, a Companhia, por meio de Reunião de Conselho da Administração autorizou a distribuição de R\$8.300 (R\$0,16 por lote de mil ações) em dividendos intermediários do exercício de 2019, os quais foram totalmente pagos.

Em 05 de abril de 2021, a Companhia, por meio de Ata de Assembleia Ordinária autorizou a distribuição de R\$19.081 (R\$0,37 por lote de mil ações) em dividendos mínimos obrigatórios complementares reconhecidos em 2020, os quais foram totalmente pagos.

Em 19 de abril de 2022, a Administração aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de R\$71.627, sendo dividendos mínimos obrigatórios referente ao exercício findo em 31 de dezembro 2021 no montante de R\$17.907 (R\$0,35 por lote de mil ações) e dividendos adicionais no montante de R\$53.720 (R\$1,04 por lote de mil ações), os quais estão sendo quitados no transcorrer do exercício de 2022 e 2023, conforme disponibilidade de caixa.

Em 23 de setembro de 2022, a Companhia, por meio da Reunião de Conselho da Administração autorizou a distribuição de R\$21.000 (R\$0,41 por lote de mil ações) a título de juros sobre capital próprio (JCP), referentes ao resultado intermediário do período de janeiro a setembro de 2022, os quais foram totalmente quitados.

Em 27 de dezembro de 2022, a Companhia, por meio da Reunião de Conselho da Administração autorizou a distribuição de R\$17.500 (R\$0,41 por lote de mil ações) a título de juros sobre capital próprio (JCP), referentes ao resultado intermediário do 4.º trimestre de 2022 e o retroativo de 2021, os quais foram parcialmente quitados.

Um resumo da movimentação da distribuição de dividendos em 2021 e 2022 está apresentado a seguir:

Saldo dividendos a pagar 2020	42.460
Dividendos propostos referente a 2019	8.300
Dividendos mínimos obrigatórios de 2021	17.907
Dividendos pagos de 2018	(22.187)
Dividendos pagos de 2019	(9.492)
Dividendos pagos de 2020	(7.200)
Saldo dividendos adicionais a pagar de 2020 e de 2021	29.788
Dividendos propostos referente a 2021	53.720
Juros sobre capital próprio de 2022	38.500
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(5.775)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2022	18.297
Dividendos pagos	(80.999)
Saldo dividendos adicionais a pagar 2022	53.531

19 Receita operacional líquida

	2022	2021
Receita de venda de energia (a)	15.739	915.101
Receita de venda de energia por disponibilidade (b)	283.583	258.010
Deduções de venda		
PIS	(4.939)	(19.365)
COFINS	(22.749)	(89.194)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(2.679)	(10.535)
Total	268.955	1.054.017

- (a) Receita de venda de energia: refere-se à receita variável: Toda a energia firme gerada é transferida para as distribuidoras, conforme despacho da CCEE. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com as distribuidoras.

- (b) Receita com venda de energia por disponibilidade: refere-se à receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina. Corresponde assim ao valor de remuneração anual da Companhia apresentado no leilão, que inclui, na determinação do preço de venda e na receita auferida a recuperação de alguns custos.

Em virtude do elevado nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliado à concentração de geração eólica e solar no Nordeste, as usinas de geração flexível não foram despachadas ao longo do ano de 2022, representando uma redução significativa de geração de energia anual.

20 Custos e despesas por natureza

	2022	2021
Custos e despesas com pessoal e administradores	(10.620)	(10.327)
Depreciação e amortização	(59.134)	(59.089)
Custo de utilização do sistema de distribuição	(22.286)	(19.934)
Custos com manutenção e operação (a)	(69.855)	(827.318)
Custos e despesas com seguros	(1.884)	(1.735)
Despesas com viagens e comunicações	(194)	(228)
Serviços de terceiros	(4.407)	(5.955)
Assessoria e consultoria	(4.090)	(8.203)
Tributos	(1.456)	316
Outras despesas (receitas)	(1.697)	(738)
Total	(175.623)	(933.211)
Classificados como:		
Custos de operação e manutenção	(153.376)	(907.864)
Despesas gerais e administrativas	(22.408)	(25.976)
Outras receitas operacionais, líquidas	161	629
Total	(175.623)	(933.211)

- (a) Em virtude do elevado nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliado à concentração de geração eólica e solar no Nordeste, as usinas de geração flexível não foram despachadas ao longo do ano de 2022, representando uma redução significativa de geração de energia anual. Portanto, fez-se necessário realizar apenas as manutenções corretivas e preventivas oriundas da geração no fim do ano anterior, reduzindo assim os custos das manutenções e operações da Companhia, se comparado com 2021.

21 Resultado financeiro

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicações financeiras	366	397
PIS e COFINS sobre receita financeira	(34)	(23)
Variações cambiais positivas	166	424
Outras receitas financeiras, líquidas	<u>360</u>	<u>103</u>
Subtotal	858	901
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(1.661)	(5.186)
Amortização de custo de captação	(165)	(642)
Variações cambiais negativas	(303)	(370)
Outras despesas financeiras, líquidas	<u>(620)</u>	<u>(744)</u>
Subtotal	(2.749)	(6.942)
Total	<u>(1.891)</u>	<u>(6.041)</u>

22 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculada pela aplicação das alíquotas vigentes e pelos valores refletidos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, está demonstrada a seguir:

	Taxa efetiva	<u>2022</u>	Taxa efetiva	<u>2021</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		91.441		114.765
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)		(31.090)		(39.020)
Diferenças temporárias e permanentes:				
Adições (P&D, PLR e variação cambial)		(1.102)		(1.926)
Exclusões (Lei do Bem, Diferido, P&D e PLR)		2.008		3.003
Juros sobre capital próprio		13.090		-
Compensação de base negativa e prejuízo fiscal		4.932		11.160
Demais adições e exclusões		<u>25</u>		<u>23</u>
Subtotal	13,27%	<u>(12.137)</u>	23,32%	<u>(26.760)</u>
Incentivos fiscais do imposto de renda (*)		8.831		18.874
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>(5.787)</u>		<u>(11.614)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	9,94%	<u>(9.093)</u>	16,99%	<u>(19.500)</u>

(*) A Companhia possui projeto aprovado pela SUDENE, cujo benefício de redução é de 75% sobre a base de cálculo do lucro da exploração. Com base na fruição desse incentivo, o valor reconhecido no cálculo dos impostos correntes é calculado às alíquotas aplicáveis com a redução ao exercício em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado.

23 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis de hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos não mensurados a valor justo, se o valor contábil for uma aproximação razoável do valor justo.

	Valor contábil 2022			Níveis
	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Total	
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	6.775	-	6.775	Nível II
Contas a receber	43.323	-	43.323	-
Outras contas a receber	734	-	734	-
<u>Total</u>	<u>50.832</u>	<u>-</u>	<u>50.832</u>	
<u>Passivos financeiros</u>				
Fornecedores	6.624	-	6.624	-
Dividendos à pagar	52.584	-	52.584	-
Outras contas a pagar	4.382	-	4.382	-
<u>Total</u>	<u>63.590</u>	<u>-</u>	<u>63.590</u>	

	Valor contábil 2021			Níveis
	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Total	
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	42.705	-	42.705	Nível II
Contas a receber	95.825	-	95.825	-
Outras contas a receber	2.571	-	2.571	-
<u>Total</u>	<u>141.101</u>	<u>-</u>	<u>141.101</u>	
<u>Passivos financeiros</u>				
Fornecedores	20.889	-	20.889	-
Empréstimos e financiamentos	-	143.465	143.465	Nível II
Outras contas a pagar	945	-	945	-
<u>Total</u>	<u>21.834</u>	<u>143.465</u>	<u>165.299</u>	

Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia apresenta exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

A Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais da Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Controladoria supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco.

As operações da Companhia estão sujeitas, porém não afetadas, aos fatores de risco a seguir:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar esse risco, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e o acompanhamento das posições em aberto. Apesar de haver concentração de contas a receber e receitas decorrentes de clientes, a Companhia entende que os riscos de inadimplência por parte destes clientes são baixos. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

A Companhia avalia seus históricos de recebimentos e não identifica exposição ao risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contrato de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais com as distribuidoras. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação.

A abordagem da Companhia na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a sua reputação.

A previsão de fluxo de caixa é preparada e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Esta previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de sessenta (60) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o efeito potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A Companhia não possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Estas cláusulas restritivas eram monitoradas adequadamente e não limitaram a capacidade de condução do curso normal das operações.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

Passivos financeiros não derivativos	Cenário	Taxas	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	
				12 meses	36 meses
Fornecedores	Alta do IPCA	5,42%	6.624	6.983	-
Empréstimos e financiamentos	Alta da CDI	13,30%	-	-	-
Dividendos à pagar	Alta do IPCA	5,42%	53.531	56.432	-
Outras contas a pagar	Baixa Selic	13,40%	4.382	675	4.294
Total			<u>64.537</u>	<u>64.089</u>	<u>4.294</u>

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas cotações de moedas estrangeiras. A Companhia não possui compromissos em valores significativos de compras contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a estes passivos surge em razão da possibilidade de flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os seus saldos. Em 2022 a Companhia obteve de variação cambial líquida negativa de R\$ 137 (Em 2021 variação cambial líquida positiva de R\$ 53).

Taxa de juros

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. Visando mitigar este tipo de risco, a Companhia vem negociando os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizar seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em Certificado de Depósito Bancário - CDB e fundos de renda fixa.

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando os saldos de aplicações financeiras e de empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2022, a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2023. Na projeção do cenário II (possível), esta média foi aumentada em 25%, e para o cenário III (remoto), aumentada em 50%.

Modalidade	Risco	Cenário			Contábil	Saldo		
		Provável I	Possível II	Remoto III		Provável I	Possível II	Remoto III
		(*)	25%	50%			25%	50%
Ativo - Aplicações financeiras								
Banco Santander	Baixa do CDI	13,30%	9,98%	6,65%	1	1	1	1
Banco Itaú	Baixa do CDI	13,30%	9,98%	6,65%	6.774	7.675	7.450	7.224
	Total aplicações financeiras				6.775	7.676	7.451	7.225
	Total líquido				6.775	7.676	7.451	7.225
* Fonte: Banco Santander	Efeito líquido no resultado				-	901	676	450

Gestão do capital social

O capital social é dividido em ações ordinárias pertencentes aos acionistas, representados por pessoas físicas e jurídicas. O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor dos acionistas.

Quanto à escassez de combustível

A Companhia possui contrato de promessa de compra e venda mercantil para comercialização de óleo combustível (OCB1) firmado com a Vibra (ex Petrobras Distribuidora S.A.), em caráter de exclusividade. Conforme estabelecido em contrato, a Vibra Energia S.A. assegura o fornecimento de combustível na quantidade necessária para garantir a geração de energia de forma continuada, em caso de despacho pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, sujeitando-se a penalidade (multa) na hipótese de não atendimento do volume requisitado.

Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia, por política, não utilizou instrumentos financeiros derivativos. Desta forma, não identificou nenhum risco decorrente de uma eventual exposição associada a estes instrumentos.

24 Compromissos assumidos

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$44.101, relacionados com:

- Encargos de transmissão de energia de R\$24.296, com vigência até 28 de fevereiro de 2025;
- Operação e manutenção das usinas de R\$10.115, com vigência até 28 de fevereiro de 2025;
- Gestão, Planejamento e Logística de R\$ 5.778, com vigência até 28 de fevereiro de 2025;
- Logística de abastecimento de óleo de R\$2.359, com vigência até 28 de fevereiro de 2025;
- Assessoria e gestão de R\$1.553 com vigência até 28 de fevereiro de 2025;
- Os contratos da Companhia para aquisição de óleo combustível com a Vibra (ex Petrobras Distribuidora S.A.) não têm valor fixo, pois só há desembolsos (custo variável) caso ocorra geração/despacho de energia para o sistema elétrico, e têm vigência até 28 de fevereiro de 2025.

25 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

As principais transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa estão descritas a seguir:

Exercício de 2022

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$ 14.129.
- Transferência de ativo imobilizado para estoque no montante de R\$ 8.764;
- Provisão para dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos no montante de R\$ 17.350.

Exercício de 2021

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$100.752.
- Dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos no montante de R\$ 17.907

26 Eventos subsequentes

Em 15 de fevereiro de 2023, foi assinado o contrato da 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com o Banco Itaú BBA S.A., totalizando o montante de R\$144.000, com encargos correspondentes a 1,20% ao ano mais CDI e vencimento em 05 de março de 2024.